



CONVENÇÃO

COLETIVA DE TRABALHO

2025/2026

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE UBERLÂNDIA

01 de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026

Uberlândia 2025

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE.....	4
CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA	4
CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL	4
Parágrafo único:	4
CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL.....	5
Parágrafo Primeiro	5
Parágrafo Segundo	5
CLÁUSULA QUINTA - ENVELOPE DE PAGAMENTO.....	5
CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO DE COMISSÕES.....	6
CLÁUSULA SÉTIMA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	6
CLÁUSULA OITAVA - CHEQUES / DEVOLUÇÕES	6
Parágrafo Único:.....	6
CLÁUSULA NONA - MERCADORIAS FURTADAS.....	6
CLÁUSULA DÉCIMA - DESCONTOS AUTORIZADOS.....	6
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FÉRIAS, 13º SALÁRIO E AVISO PRÉVIO DOS COMISSIONISTAS	6
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GRATIFICAÇÃO DOS COMISSIONISTAS	7
Parágrafo primeiro:	7
Parágrafo Segundo	7
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAS	7
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAIS	7
Parágrafo Único:.....	7
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CESTA BÁSICA.....	7
Parágrafo Primeiro:	8
Parágrafo Segundo:	8
Parágrafo Terceiro:.....	8
Parágrafo Quarto:.....	8
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE - TRANSPORTE.....	8
Parágrafo Primeiro:	8
Parágrafo Segundo:	8
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO - RECOMENDAÇÃO	8
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÕES	9
Parágrafo Primeiro:	9
Parágrafo Segundo:	9
Parágrafo Terceiro:.....	9
Parágrafo Quarto:.....	9
Parágrafo Quinto:.....	9
CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CHEQUES NOMINATIVOS.....	9
CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO	9
Parágrafo Primeiro:	9
Parágrafo Segundo:	10
Parágrafo Terceiro:.....	10
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - TAXAS DE COMISSÕES	10
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ADVERTÊNCIA OU SUSPENSÃO - COMUNICAÇÃO POR ESCRITO.....	10
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISCRIMINAÇÃO.....	10
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PROTEÇÃO À INFÂNCIA.....	10
Parágrafo Primeiro:	11
Parágrafo Segundo:	11
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - GESTANTE	11
Parágrafo Primeiro:	11
Parágrafo Segundo:	11
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - APOSENTANDO - ESTABILIDADE PROVISÓRIA.....	11
Parágrafo Segundo:	11
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RESPONSABILIDADES DAS CARGAS	12
CLÁUSULA TRIGÉSIMA - BANCO DE HORAS	12
Parágrafo Primeiro:	12
Parágrafo Segundo:	12
Parágrafo Terceiro:.....	12

Parágrafo Quarto:.....	12
Parágrafo Quinto:.....	12
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTROLE ALTERNATIVO ELETRÔNICO DA JORNADA DE TRABALHO	12
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FALECIMENTO DE SOGROS E GENROS.....	13
Parágrafo Único:.....	13
CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DO ESTUDANTE.....	13
Parágrafo Único:.....	13
CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO EXTERNO.....	13
Parágrafo Primeiro:.....	13
Parágrafo Segundo:.....	13
CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - UNIFORMES.....	13
Parágrafo Único:.....	13
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DE MÉDICO COORDENADOR.....	14
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DE MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO MÉDICO.....	14
Parágrafo Único:.....	14
CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - SINDICALIZAÇÃO.....	14
Parágrafo Único:.....	14
CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISO.....	14
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MENSALIDADES.....	14
Parágrafo Primeiro:.....	15
Parágrafo Segundo:.....	15
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL EMPREGADOS.....	15
Parágrafo Primeiro - Futuros Beneficiários:.....	15
Parágrafo Segundo – Do Direito de Oposição:.....	15
Parágrafo Terceiro – Da responsabilidade do sindicato obreiro:.....	15
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL - EMPREGADOS.....	15
Parágrafo Primeiro:.....	15
Parágrafo Segundo – Do Direito de Oposição:.....	16
Parágrafo Terceiro – Da responsabilidade do sindicato obreiro:.....	16
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA: DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO SINDICATO PATRONAL.....	16
Parágrafo Primeiro: Contribuição Negocial Patronal do Transporte:.....	Erro! Indicador não definido.
Parágrafo Segundo: Da Contribuição Assistencial Patronal do Transporte Devida ao Sindicato do Comércio de Uberlândia, rateada entre Fecomércio–MG e a CNC:.....	Erro! Indicador não definido.
Parágrafo Terceiro: DAS CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO EM FERIADOS (CLÁUSULA DE REGULARIDADE / AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EM FERIADOS ...	Erro! Indicador não definido.
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - INTERVENIÊNCIA.....	19
Parágrafo Único:.....	19
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA -DIÁRIAS DE VIAGEM.....	19
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – CONSELHO DE RELAÇÕES TRABALHISTAS.....	19
Parágrafo Primeiro.....	19
Parágrafo Segundo.....	19
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SETIMA - MANUTENÇÃO DATA BASE.....	19

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. One signature is a large, stylized flourish, and another is a smaller, more compact signature.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2025/2026

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE UBERLÂNDIA, CNPJ n. 21.288.931/0001-07, neste ato representado por seu Presidente, Sr. CÉLIO MOREIRA DA SILVA e por seu Vice Presidente, Sr. CLEUBER FERNANDO DA SILVA;

E

SINDICATO DO COMERCIO DE UBERLÂNDIA, CNPJ n. 25.633.942/0001-38, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROBSON BATISTA;

celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de dezembro de **2025** a 30 de novembro de **2026** e a data-base da categoria em 01º de dezembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários**. “EXCETO a categoria Profissional dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, enquadradas no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) na Seção H, Divisão 49, Grupo 492, Classe 4921-3, Subclasse 4921-3/01, no município de Uberlândia”, com abrangência territorial em **Uberlândia/MG**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de **primeiro de dezembro de 2025**, nenhum empregado receberá, mensalmente, importância inferior aos seguintes pisos:

FUNÇÃO	SALÁRIO R\$
Motorista de Carreta (composição até 06 eixos)	2.877,12
Motorista de veículo não articulado com peso bruto acima de 9000 Kg	2.224,35
Motorista outros	1.958,33
Ajudante de Motorista	1.720,00

Parágrafo único: Os pisos acima descritos sofrerão reajustes e deverão ser negociados anualmente entre os

sindicatos subscritores deste instrumento.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas do Comércio Varejista e Atacadista de Mercadorias, de Bens e de Serviços, localizadas no Município de Uberlândia procederão em **01/12/2025**, data base da categoria profissional, ao reajuste dos salários fixos ou parte fixa dos salários mistos, dos empregados profissional: motoristas, ajudantes de motoristas, carregadores e motociclistas e demais empregados abrangidos por este instrumento, vigentes em **01/12/2024**, mediante a aplicação do percentual de 6.0% (**seis por cento**).

Parágrafo Primeiro: Ficam compensadas, assim, todas as antecipações e reajustes salariais espontâneos e/ou compulsórios, **concedidos no período de dezembro/2024 a novembro/2025**, à exceção dos aumentos salariais decorrentes de mérito, promoção, transferência, término de aprendizagem ou em virtude de idade, os quais deverão ser reaplicados após o reajuste ora estipulado nesta cláusula, por se tratar de alterações salariais não compensáveis.

Parágrafo Segundo: Aos empregados admitidos, ou que tenham sofrido alteração na forma de remuneração, passando a perceber salário fixo, no todo ou em parte, **após 01/12/2024**, aplicar-se-á o reajuste previsto no "caput" desta cláusula, proporcionalmente, conforme a tabela a seguir, desde que não ultrapasse o salário do empregado mais antigo na mesma função:

TABELA DE REAJUSTE

MÊS DE ADMISSÃO	Percentual	Fator de Reajuste
Até Dezembro 2024	6,00%	1,060
Janeiro 2025	5,50%	1,055
Fevereiro 2025	5,00%	1,050
Março 2025	4,50%	1,045
Abril 2025	4,00%	1,040
Mai 2025	3,50%	1,035
Junho 2025	3,00%	1,030
Julho 2025	2,50%	1,025
Agosto 2025	2,00%	1,020
Setembro 2025	1,50%	1,015
Outubro 2025	1,00%	1,010
Novembro 2025	0,50%	1,005

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - ENVELOPE DE PAGAMENTO

No ato do pagamento dos salários, os empregadores deverão fornecer aos seus empregados, envelope ou documento similar que contenha o valor dos salários pagos e respectivos descontos, com identificação da empresa.



CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO DE COMISSÕES

Para os empregados que são comissionistas puros poderá ser concedido um adiantamento de comissões.

Remuneração DSR

CLÁUSULA SÉTIMA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Aos trabalhadores que percebem remuneração à base de comissão ou tenham salário variável será devido o repouso semanal remunerado, nos termos da Lei 605/49 e Súmula 27 do Egrégio TST, não podendo o seu valor ser incluído no percentual estipulado para a comissão, sendo que a parcela devida a esse título deverá ser discriminada no respectivo recibo de salário.

Parágrafo Único: O cálculo do repouso semanal remunerado será efetuado dividindo-se os valores das comissões auferidas no mês pelo número de dias efetivamente trabalhados e/ou compensados, multiplicando-se pelo número de domingos, feriados e faltas justificadas e abonadas ocorridos naquele mês.

Descontos Salariais

CLÁUSULA OITAVA - CHEQUES / DEVOLUÇÕES

É vedado às Empresas descontar, dos salários de seus empregados, as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos de clientes, desde que o empregado tenha cumprido as normas da empresa quanto ao recebimento de cheques.

Parágrafo Único: Também não serão os empregados responsabilizados por danos ou falta de mercadorias, sendo vedados quaisquer descontos dessa natureza em seus salários, salvo na ocorrência de dolo ou culpa.

CLÁUSULA NONA - MERCADORIAS FURTADAS

Não serão descontados dos salários dos empregados Motoristas as importâncias relativas a mercadorias furtadas ou roubadas das empresas por agentes estranhos ao trabalho, por ocasião das viagens de seus motoristas, desde que a comunicação seja acompanhada de ocorrência policial.

CLÁUSULA DÉCIMA - DESCONTOS AUTORIZADOS

Ficam os empregadores autorizados, pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a descontarem dos salários de seus empregados, desde que, por eles autorizados, as importâncias relativas a seguro de vida em grupo, planos de saúde, compras em farmácias, alimentação e convênios em geral, inclusive os da entidade sindical profissional.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FÉRIAS, 13º SALÁRIO E AVISO PRÉVIO DOS COMMISSIONISTAS

Para efeito de cálculo para pagamento de rescisões, férias, 13º salário e aviso prévio dos empregados que recebem comissões ou tenham salários variáveis, serão tomados por **base à média das comissões, ou dos salários variáveis, dos 3 (três) últimos meses. Para efeito de cálculo da média de horas extras e seus**

reflexos em relação exclusivamente ao 13º salário, tomar-se-á por base a média feita dentro do próprio exercício em que é devido o pagamento.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GRATIFICAÇÃO DOS COMISSIONISTAS

Juntamente com a remuneração do mês de dezembro de 2025, somente as Empresas Atacadistas pagarão aos seus empregados comissionistas puros e mistos, a título de "Gratificação", uma importância equivalente a 3% (três por cento) do total das comissões auferidas no mês de dezembro de 2025, computando-se para este fim, o descanso semanal remunerado respectivo.

Parágrafo primeiro: O valor apurado constante no caput poderá ser pago juntamente com o salário do mês de fevereiro de 2.026.

Parágrafo Segundo: Nos meses subseqüentes, sob nenhuma hipótese, a gratificação referida nesta cláusula será incorporada à remuneração variável dos comissionistas, não se constituindo, para nenhum efeito legal, parte fixa dessa remuneração.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAS

O trabalho extraordinário (horas extras) será remunerado com o adicional de 90% (noventa por cento) sobre o salário da hora normal.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAIS

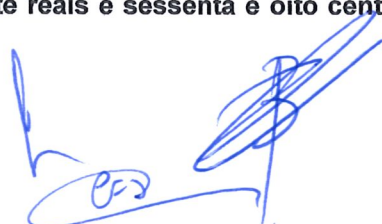
Os adicionais pagos com habitualidade integram a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, inclusive para fins de pagamento do aviso prévio, 13º salário, férias, repouso semanal remunerado e depósitos fundiários.

Parágrafo Único: Para integração do adicional de horas extras levar-se-á em conta a média das horas trabalhadas nos respectivos períodos, aplicando-se o valor de sua remuneração no mês de competência do pagamento.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CESTA BÁSICA

As empresas do Comércio atacadista que tenham mais de 100 (cem) empregados, participantes ou não do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Lei 6.321 de 14/04/1976) concederão mensalmente uma Cesta Básica no valor de R\$ 167,68 (cento e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos) para cada



empregado que ganha até **R\$ 3.001,66 (Três mil, e um real e sessenta e seis centavos)** mensais, referente ao salário base = (salário fixo + comissão e repouso semanal).

Parágrafo Primeiro: O Benefício será concedido até o dia **15 do mês subsequente**, no total de **12 (doze) Cestas de Alimentos**, podendo o benefício ser concedido em Ticket Alimentação, Cartão ou Vale-compra, iniciando-se a entrega no dia **15 de janeiro de 2026** e encerrando-se com a entrega do último benefício no dia **15 de dezembro de 2026**.

Parágrafo Segundo: As empresas do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios – Supermercados, mercearias, Sacolões e Similares – cujo quadro de pessoal seja composto de **trinta (30) empregados acima**, participantes ou não do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT - (Lei 6.321 de 14/04/1976) - concederão uma **Cesta Básica no valor de R\$ 131,56 (cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos)**, através de Cestas de Alimentos, podendo o benefício ser concedido em Ticket Alimentação, Cartão ou Vale-compra, o benefício será concedido até o dia **15 do mês subsequente**, para cada empregado, no mês em que o mesmo efetivamente trabalhar nos dias de feriados, para os quais forem convocados.

Parágrafo Terceiro: As empresas participantes ou não do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT - ficam autorizadas descontar do empregado o valor máximo de **R\$ 4,39 (quatro reais e trinta e nove centavos)** na concessão da Cesta de Alimentos, ou Ticket Alimentação, ou Cartão ou Vale Compra, na folha de pagamento.

Parágrafo Quarto: As empresas que já fornecem cesta básica em valor superior ao acordado nesta convenção manterão benefício mais vantajoso para o empregado.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE - TRANSPORTE

O vale-transporte será concedido ao empregado, para o deslocamento trabalho-residência e vice-versa, também no horário de almoço ou jantar, salvo se o empregador fornecer refeição no local de trabalho em condição adequada, ou o empregado utilizar meio próprio de transporte na forma da Lei.

Parágrafo Primeiro: A concessão desta vantagem atende ao disposto na Lei nº 7.418 de 16 de dezembro de 1.985 com redação dada pela Lei nº 7.619 de 30 de setembro de 1.987, regulamentada pelo Decreto nº 95.247 de 16 de novembro de 1.987.

Parágrafo Segundo: O valor da participação das empresas no gasto de deslocamento do trabalhador será equivalente à parcela que **exceder a 6% (seis por cento)** do salário básico do empregado, sendo que o percentual referido será descontado na folha de pagamento subsequente à concessão do benefício.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO - RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se, às empresas, que façam seguro de vida em grupo para os seus empregados.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÕES

As rescisões de contrato de trabalho dos empregados abrangidos por esta Convenção poderão, **a critério do empregador**, ser homologadas, obedecendo aos critérios da Lei No. 7.855/89 e Instrução Normativa MTE 03/2.002.

Parágrafo Primeiro: O Empregador deverá proceder ao protocolo do pedido de homologação no **prazo de 05 (cinco) dias corridos**, a contar da data da comunicação de dispensa nos casos de aviso prévio indenizado, dispensa de cumprimento, sendo também este o prazo para os casos previstos nos parágrafos 1º e 2º da cláusula vigésima deste instrumento. No caso de aviso a ser cumprido, **o prazo aludido acima é de 15 (quinze) dias corridos**, devendo o empregador em todos os casos avisar por escrito, ao empregado a data, hora e local da homologação. A contagem destes prazos será feita excluindo o dia da notificação do aviso prévio e incluindo o dia do vencimento.

Parágrafo Segundo: Isenção de Multa: No dia marcado para homologação, de acordo com o que determina a Lei, em caso de não comparecimento do empregado ou qualquer indisponibilidade para homologação por parte do Sindicato, este se obriga a fornecer à empresa, um comprovante de seu comparecimento, desobrigando-a do pagamento de qualquer multa, sendo, neste ato, marcada nova data para a homologação.

Parágrafo Terceiro: Medida de Segurança: Recomenda-se, por medida de segurança dos empregados demissionários, empregadores, prepostos e contadores em geral, que, quando as verbas rescisórias ultrapassarem **o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais)**, a empresa providencie cheque administrativo ou depósito bancário nos termos da lei.

Parágrafo Quarto: Se o empregado não comparecer no dia e horário marcados para a homologação da rescisão, desde que avisado, ou se o Sindicato Profissional não prestar a assistência no prazo legal por indisponibilidade na agenda, a empresa poderá depositar os valores constantes do TRCT em conta salário ou conta corrente do empregado, mediante sua autorização, dentro do prazo previsto no parágrafo 6º do art. 477 da CLT, hipótese em que a homologação poderá ser feita pelo Sindicato Profissional em data posterior àquele prazo, sem a incidência da multa prevista no parágrafo 8º do art. 477 da CLT.

Parágrafo Quinto: Se o empregado não possuir conta corrente ou não autorizar o depósito em sua conta corrente, a empresa poderá efetuar o pagamento dos valores do TRCT ao empregado em espécie ou através de cheque administrativo nas dependências do Sindicato Profissional, que se compromete a prestar *estas assistências*, também dentro do prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CHEQUES NOMINATIVOS

Os pagamentos das rescisões de contrato de trabalho de empregado com menos de **01 (um) ano de serviço na empresa**, serão efetuados preferencialmente através de cheques nominativos.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO

O prazo do aviso prévio, inclusive quando indenizado, integra o tempo de serviço do empregado para todos os efeitos legais, inclusive incidência de FGTS.

Parágrafo Primeiro: Fica dispensado do aviso prévio o empregado que tiver conseguido outro emprego, desde que devidamente comprovado, desobrigando-se a empresa do pagamento dos dias restantes não trabalhados, com baixa e liberação imediata da CTPS do empregado e pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação em até **10 (dez) dias**, a partir da data do desligamento.



Parágrafo Segundo: O empregado que pedir demissão da empresa e provar haver conseguido outro emprego, deverá cumprir um mínimo de **12 (doze) dias do aviso prévio**, os quais lhe deverão ser pagos pela empresa, que ficará desobrigada do pagamento dos dias restantes.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese do parágrafo anterior, caso o empregado não cumpra, em sua totalidade, um mínimo de **12 (doze) dias do aviso prévio**, deverá ressarcir a empresa do valor, relativo ao restante do aviso prévio integral.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - TAXAS DE COMISSÕES

Além das anotações exigidas por lei, é obrigatório o lançamento no Contrato de Trabalho, do percentual previamente ajustado para as comissões, bem como dos aditamentos e alterações supervenientes.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CARGA E DESCARGA

As empresas ficam proibidas de efetuar carregamento e/ou descarregamento de caminhões com a utilização de serviços de seus **empregados vendedores**, cuja função é absolutamente incompatível com o trabalho de carga e descarga, salvo motivo de força maior.

Normas Disciplinares

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ADVERTÊNCIA OU SUSPENSÃO - COMUNICAÇÃO POR ESCRITO

As advertências e suspensões só poderão ter eficácia jurídica quando comunicadas por escrito ao empregado, com menção expressa dos motivos da pena disciplinar.

Igualdade de Oportunidades

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISCRIMINAÇÃO

Recomenda-se às empresas especial atenção para que não haja qualquer espécie de discriminação, concernente a sexo, cor ou credo, quando do processo de seleção e admissão de pessoal.

Política para Dependentes

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Os estabelecimentos que tenham **em seu quadro 30 (trinta) ou mais mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade**, propiciarão local ou manterão convênios com creches para guarda e assistência de seus filhos em período de amamentação, de acordo com a CLT, até o advento da regulamentação da matéria.



Parágrafo Primeiro: Para amamentar o próprio filho, até que este complete **06 (seis) meses de idade ou mais** por recomendação médica, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de **40 (quarenta) minutos cada um**. Podendo acumulá-los no início ou fim da jornada, a critério da empregada.

Parágrafo Segundo: A ausência ao trabalho, por até **03 (três) vezes ao ano**, para acompanhamento ao médico de filhos ou dependentes previdenciários **menores de 08 (oito) anos**, desde que comprovada por atestado, não acarretará quaisquer punições, considerando-se justificadas para todos os efeitos.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - GESTANTE

À empregada gestante é assegurada a estabilidade no emprego, desde a concepção pelo prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar do término da licença concedida pelo INSS, desde que não incorra em nenhuma falta considerada justa causa. Na hipótese de dispensa sem justa causa, a empregada deverá apresentar à empresa atestado médico comprobatório da gravidez anterior ao aviso prévio, **dentro de 60 (sessenta) dias** após a data do recebimento do aviso, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de dispensa sem justa causa, a garantia de emprego ajustada nesta cláusula poderá ser substituída por uma indenização correspondente ao período de tempo restante para o seu término.

Parágrafo Segundo: Quando a função da empregada gestante não for compatível com seu estado gravídico, a empresa, mediante laudo médico, e desde que sua estrutura organizacional permita, deverá remanejá-la para uma função adequada, sem prejuízo do salário e dos direitos do exercício da função anterior, observando-se que esse remanejamento, sempre transitório, não gerará quaisquer direitos, para ou contra terceiros, especialmente equiparação salarial.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SERVIÇO MILITAR - GARANTIA DE EMPREGO

Assegura-se ao empregado a estabilidade no emprego, desde a incorporação, até **45 (quarenta e cinco) dias** após a liberação oficial.

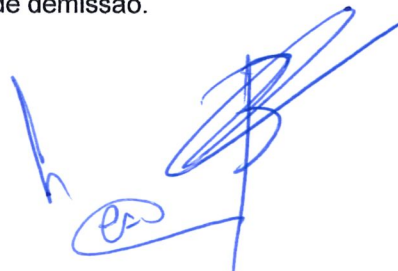
Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - APOSENTANDO - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em vias de aposentar-se por tempo de serviço, durante os **12 (doze) meses anteriores à implantação da carência necessária** à obtenção do benefício previdenciário, desde que conte com pelo menos **05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa**. Ao empregado que contar com mais de **8 (oito) anos de trabalho**, também na mesma empresa, esta estabilidade será de **18 (dezoito) meses**.

Parágrafo Primeiro: A concessão da estabilidade prevista nesta cláusula dependerá da comprovação, pelo empregado, da contagem do tempo de serviço que lhe assegure o direito a tal benefício.

Parágrafo Segundo: A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, podendo a obrigação ser substituída, em caso de dispensa sem justa causa, por uma indenização correspondente ao período restante para o término da estabilidade, não se aplicando estas vantagens nas hipóteses de dispensa por justa causa, encerramento de atividades do estabelecimento ou pedido de demissão.



Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RESPONSABILIDADES DAS CARGAS

Os motoristas, só serão responsáveis pelas cargas transportadas, se os mesmos participarem da conferência das mercadorias colocadas no veículo.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - BANCO DE HORAS

Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação mensal de horas extras, pelo qual as horas extraordinárias efetivamente realizadas pelos empregados, sujeitos a controle de horário, **limitadas a 04 (quatro) horas diárias**, de conformidade com a Lei 13.103/15, poderão ser compensadas, **até 90 (noventa) dias após o encerramento do período de apuração da folha de pagamento**, em que o trabalho extraordinário foi prestado, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de, ao final do período previsto no "caput" não tiverem sido compensadas todas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas, como horas extras, ou seja, o valor da hora normal, acrescido do adicional de horas extras, conforme previsto na cláusula 13ª (décima terceira) desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Segundo: Caso concedido, pela empresa, reduções de jornada ou folgas compensatórias além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, no período de que trata o "caput", essas não poderão se constituir como crédito para a empresa, a ser descontado em períodos subseqüente ao previsto no "caput".

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, em qualquer das suas modalidades, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do "caput", fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

Parágrafo Quarto: Recomenda-se às empresas que, quando a jornada extraordinária **atingir as 02 (duas) horas diárias**, a empresa forneça lanche, sem ônus para o empregado.

Parágrafo Quinto: O disposto na presente cláusula não se aplica aos motoristas que não estão sujeitos ao controle de horas, conforme a lei.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTROLE ALTERNATIVO ELETRÔNICO DA JORNADA DE TRABALHO

Facultam-se às empresas a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, nos termos da Portaria 373, de 25 de fevereiro de 2011 do Ministério do Trabalho

Faltas



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FALECIMENTO DE SOGROS E GENROS

Em caso de falecimentos de sogro, sogra, genros ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer aos serviços no dia do falecimento ou sepultamento sem prejuízo do salário.

Parágrafo Único: Na hipótese de o falecimento e o sepultamento ocorrer no mesmo dia, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por apenas um dia.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DO ESTUDANTE

Fica proibida a prorrogação da jornada de trabalho do empregado estudante durante o período letivo, caso prejudique o seu comparecimento às aulas.

Parágrafo Único: Provas Escolares: As faltas, por motivos de provas ou exames escolares de qualquer grau, serão abonadas, desde que o empregado informe à empresa com **antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas**, e comprove, posteriormente, o seu comparecimento à realização das provas ou exames.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO EXTERNO

Os empregados que exercem atividades externas e que fazem viagens intermunicipais e interestaduais não têm controle de horário, tendo apenas uma previsão da viagem. - (Art. 62/ CLT).

Parágrafo Primeiro: A condição de trabalho deve ser anotada na Carteira de Trabalho (CTPS) e na ficha de registro do empregado, ou seja, o mesmo não está sujeito a controle de horário.

Parágrafo Segundo: As empresas por medida de segurança poderão proibir o trabalho de empregados que exercem funções externas a trabalhar antes das **05:00 horas e após as 22:00 horas**.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - UNIFORMES

As empresas fornecerão uniformes a seus empregados, gratuitamente, desde que conste tal exigência em suas normas, não constituindo essa liberalidade, parcela integrante dos salários.

Parágrafo Único: As empresas fornecerão equipamentos de proteção individual – EPI's, nos termos da lei, sendo que a recusa ou a não utilização do equipamento de segurança fornecido, acarretará a aplicação das penalidades legais.

Profissionais de Saúde e Segurança



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DE MÉDICO COORDENADOR

As empresas com mais de 25 (vinte e cinco) e menos de 50 (cinquenta) empregados, enquadradas no grau de risco 01 (um) ou 02 (dois), segundo o Quadro 1 da NR 4, ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do PCMSO.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DE MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO MÉDICO

Nas empresas que concedem convênios médicos aos seus empregados, fica assegurada a continuidade do fornecimento dos serviços, quando afastados por doenças ou acidentes de trabalho, desde que o funcionário não fique inadimplente com a empresa, limitada esta garantia ao período máximo de 06 (seis) meses, podendo ainda, esse período, a critério da empresa, ser ampliado.

Parágrafo Único: Quando forem fornecidos também cestas básicas, Ticket Alimentação, Cartão ou Vale-compra, conforme o caso, fica assegurada a continuidade do fornecimento por até 06 meses nos casos de afastamento por acidente de trabalho, podendo tal prazo ser ampliado a critério da empresa.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - SINDICALIZAÇÃO

A todo trabalhador assiste o direito de filiar-se ao Sindicato da sua respectiva categoria. A empresa que, por qualquer motivo, procurar impedir que o empregado se associe ao Sindicato, ou exerça os direitos inerentes às condições de sindicalizado, fica sujeita à penalidade prevista na letra "a" do art. 553 da CLT.

Parágrafo Único: As empresas, dentro de suas possibilidades, colaborarão com a entidade sindical profissional na sindicalização de seus empregados, em especial na admissão. Fica pactuado, também, que quando solicitado pelo Sindicato profissional, às empresas permitirão a filiação sindical nos locais de trabalho, com hora, dia e tempo marcados pelo empregador.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISO

Recomenda-se que as empresas permitam a fixação de avisos do Sindicato Profissional, para comunicados de interesse de seus filiados e associados, em local indicado pelas empresas, vedada o uso de conteúdo político-partidários ou ofensivos.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MENSALIDADES



As empresas descontarão mensalmente nos salários de seus empregados, desde que por eles expressamente autorizadas, as mensalidades destinadas ao Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia, Araguari, Tupaciguara, Monte Alegre de Minas, Araporã, Indianópolis e Nova Ponte, devida em virtude de filiação facultativa, cujo recolhimento deverá ser efetuado no **dia 10 (dez) do mês subsequente** ao de desconto, sendo que, recaindo esta data em sábado, domingo ou feriado, fica prorrogado o prazo para o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Primeiro: No caso de recolhimento via depósito bancário, a empresa enviará ao Sindicato Profissional cópia do recibo com a relação dos respectivos empregados.

Parágrafo Segundo: As empresas enviarão também à entidade sindical profissional cópias das guias de contribuição Sindical, Assistencial e Negocial, com a relação dos empregados contribuintes, podendo utilizar para esse fim, de meios eletrônicos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL EMPREGADOS

As empresas, na condição de simples INTERMEDIÁRIAS, descontarão nos salários de seus empregados: motoristas, ajudantes de motoristas, carregadores e motociclistas e demais empregados abrangidos por este instrumento, associados e aqueles que não se opuserem, em razão do processo negocial realizado e em vista da presente pactuação coletiva, nos meses de dezembro/2025 e junho/2026, a título de Contribuição Assistencial, conforme deliberação dos trabalhadores na Assembleia Geral realizada no dia 28/11/2025, a importância equivalente a 3 % (três por cento) da remuneração do mês de Dezembro de 2025 e 3 % (três por cento) da remuneração do mês de junho de 2026, limitada, cada uma, ao teto máximo de R\$ 181,20 (cento e oitenta e um reais e vinte centavos). A referida importância deverá ser recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto, em guias próprias, fornecidas pelo Sindicato Profissional. As citadas Contribuições Assistenciais deverão ser recolhidas em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia, Banco do Brasil S/A, Uberlândia, Agência - 2591-7, conta nº 4433/4. As empresas encaminharão ao Sindicato Profissional cópia da guia paga juntamente com a lista de nomes que sofreram tais descontos e os valores descontados.

Parágrafo Primeiro - Futuros Beneficiários: Para trabalhadores que vierem a ser contratados após a data-base da categoria e se beneficiarem do presente acordo, também será procedido o referido desconto, que deverá ser repassado mês a mês, obedecendo as mesmas datas de recolhimento, sendo vedado o desconto em duplicidade.

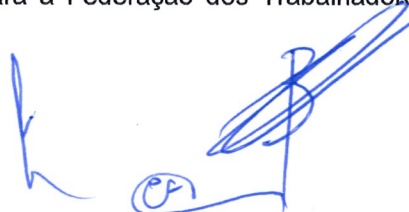
Parágrafo Segundo – Do Direito de Oposição: Fica assegurado o direito de oposição aos trabalhadores não associados da entidade sindical profissional, mediante simples declaração feita ao Sindicato Profissional, comunicando a sua oposição, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura deste instrumento ou da admissão do empregado.

Parágrafo Terceiro – Da responsabilidade do sindicato obreiro: Em caso de condenação, perante a Justiça do Trabalho, da empresa em pagar/devolver a contribuição ao empregado, o Sindicato Obreiro será responsabilizado pelo ressarcimento do valor à empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL CONFEDERATIVA - EMPREGADOS

As empresas descontarão mensalmente de seus empregados, trabalhadores associados e aqueles que não se opuserem, a título de Contribuição Negocial Confederativa, a importância de 1% (um por cento) de seus salários, e recolherá até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da competência do desconto, o montante, a favor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia-MG, através das guias próprias fornecidas pelo sindicato profissional com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

Parágrafo Primeiro: A verba descrita no caput acima será distribuída no sistema confederativo na forma fixada pela Assembléia Geral:- 80% (oitenta por cento) para o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia; - 15% (quinze por cento) para a Federação dos Trabalhadores em Transportes



Rodoviários do Estado de Minas Gerais-FETTRROMINAS, e 5% (cinco por cento) para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT.

Parágrafo Segundo – Do Direito de Oposição: Fica assegurado o direito de oposição aos trabalhadores não associados da entidade sindical profissional, mediante simples declaração feita ao Sindicato Profissional, comunicando a sua oposição, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura deste instrumento ou da admissão do empregado.

Parágrafo Terceiro – Da responsabilidade do sindicato obreiro: Em caso de condenação, perante a Justiça do Trabalho, da empresa em pagar/devolver a contribuição ao empregado, o Sindicato Obreiro será responsabilizado pelo ressarcimento do valor à empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA: DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO SINDICATO PATRONAL.

O Sindicato do Comércio de Uberlândia, representante das categorias econômicas do comércio varejista e atacadista da cidade de Uberlândia, devidamente respaldado por decisão de sua Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16/10/2025, bem como com a anuência da comissão negocial, esclarece que as Contribuições Negociais Patronais do Transporte e Contribuição Assistencial Patronal do Transporte, independente da condição de sindicalizados ou não do representado, que se beneficiem direta ou indiretamente das cláusulas deste instrumento, são devidas, obrigando-se os representados recolher aos cofres da entidade representativa as referidas contribuições, previstas nas cláusulas infra, sob pena de multa (abaixo transcrita) prevista nesta Convenção Coletiva, a favor da parte prejudicada.

Parágrafo Primeiro: Contribuição Negocial Patronal do TRANSPORTE:

As empresas que integram as categorias econômicas abrangidas pelo presente instrumento (comércio em geral, de bens e serviços, de mercadorias em geral) estão obrigadas a recolher a Contribuição Negocial Patronal do Transporte em cinco parcelas iguais e sucessivas, vencíveis da seguinte forma: **1º Parcela Contribuição Negocial Patronal do Transporte 2026: 25/02/2026 (quarta-feira); 2º Parcela Contribuição Negocial Patronal do Transporte 2026: 25/03/2026 (quarta -feira); 3º Parcela Contribuição Negocial Patronal do Transporte 2026: 22/04/2026 (quarta-feira); 4º Parcela Contribuição Negocial Patronal do Transporte 2026: 27/05/2026 (quarta-feira) e 5º Parcela Contribuição Negocial Patronal do Transporte 2026: 01/07/2026 (quarta-feira)**, em favor do Sindicato do Comércio de Uberlândia, com fundamento nos artigos 8º, incisos IV, da CF e 513, letra "e" da CLT, e ainda de conformidade com a deliberação da Assembleia Geral. Recaindo o vencimento sobre dia não útil, prorrogar-se-á para o primeiro dia útil seguinte.

O recolhimento deverá ser feito através de boleto bancário, emitido pelo Sindicato Patronal, ou em casos específicos negociados com o representado, através de transferência eletrônica (TED, DOC ou PIX) para conta corrente do Sindicato do Comércio de Uberlândia, para custeio do sistema conforme a seguinte tabela infra e disposto nas alíneas abaixo:

Nº	Classificação da Empresa	Valor da Parcela de Contribuição em R\$
01	Sem empregados	R\$ 192,00
02	De 01 a 05	R\$ 240,00
03	De 06 a 10	R\$ 287,00
04	De 11 a 20	R\$ 343,00
05	De 21 a 30	R\$ 388,00
06	De 31 a 45	R\$ 438,00
07	De 46 a 70	R\$ 492,00
08	De 71 a 100	R\$ 638,00
09	De 101 a 150	R\$ 741,00
10	De 151 a 200	R\$ 944,00
11	De 201 a 300	R\$ 1.080,00
12	De 301 a 400	R\$ 1.266,00
13	De 401 a 500	R\$ 1.470,00
14	Acima de 500	R\$ 1.703,00

A. A Contribuição Negocial Patronal do Transporte deverá ser recolhida em cinco parcelas

iguais, vencíveis em 25/02/2026 (quarta-feira); 25/03/2026 (quarta -feira); 22/04/2026 (quarta-feira); 27/05/2026 (quarta-feira) e 01/07/2026 (quarta-feira), através de guia própria que a Entidade Patronal encaminhará ao empregador, com indicação do Banco autorizado ao Recolhimento, ou em casos específicos negociados com o representado, através de transferência eletrônica (TED, DOC ou PIX) para conta corrente do Sindicato do Comércio de Uberlândia. Recaindo o vencimento sobre dia não útil, prorrogar-se-á para o primeiro dia útil seguinte.

B. O recolhimento da **Contribuição Negocial Patronal do Transporte** efetuado fora do prazo mencionado será acrescido de correção monetária e multa de 2,00% (dois por cento) sobre o valor restante da mencionada correção, além de juros moratórios de 1,00% (um por cento) ao mês.

C. Caso a empresa deseje, por livre e espontânea vontade, efetuar o pagamento "**aglutinado**" das parcelas da **Contribuição Negocial Patronal do Transporte**, poderá, mediante requerimento ao presidente do Sindicato Patronal, solicitar boleto/guia única ou informação para transferência eletrônica, que terá desconto de 3% (três por cento) sobre o valor das parcelas vincendas, oportunidade em que o certificado de adesão ao regime de trabalho em feriados será emitido até a data base de nova negociação. Tal requerimento poderá abranger apenas um CNPJ ou todos da empresa, conforme solicitação desta em caso de empresas com filiais.

D. As empresas constituídas a partir de **02/01/2026** recolherão as Contribuições acima, no valor devido até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de sua constituição, sendo que, para os efeitos desta hipótese, o valor a ser pago se baseará nas importâncias fixadas corrigida pela variação do INPC - IBGE, sujeitando-se, em caso de mora, às incidências fixadas no parágrafo anterior.

E. Caso a empresa, por qualquer motivo, deixe de receber a guia própria destinada ao recolhimento desta contribuição, poderá dirigir-se à sede da entidade beneficiária, localizada na Rua Atílio Valentini, n.º 30 - Santa Monica, providenciando, deste modo o devido pagamento ou solicitá-la pelos meios eletrônicos disponíveis (**sindicomercio@sindicomercioudi.com.br ou 34 99942-3622 - WhatsApp**).

F. Os valores acima devem ser recolhidos referente a cada estabelecimento comercial instalado na base territorial do sindicato (matriz e filiais e/ou sucursais), considerando cada estabelecimento uma empresa distinta.

G. O Micro Empreendedor Individual está desobrigado do recolhimento da **Contribuição Negocial Patronal do Transporte**, a não ser que queira utilizar dos benefícios fornecidos pelo SINDICOMÉRCIO/UDI. O valor da contribuição do MEI, todavia, deve ser recolhido em cota única no valor de **R\$ 343,00** (Trezentos e quarenta e três reais), referente às 5(cinco) parcelas no valor de **R\$ 68,60** (sessenta e oito reais e sessenta centavos). Sobre o valor integral (**R\$ 343,00**), será concedido um desconto de 3% (três por cento), totalizando uma contribuição anual no valor de **R\$ 332,71** (Trezentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos). O recolhimento deverá ser feito através de boleto bancário, emitido pelo Sindicato Patronal, ou em casos específicos negociados com o representado, através de transferência eletrônica (TED, DOC ou PIX) para conta corrente do Sindicato do Comércio de Uberlândia.

PARÁGRAFO SEGUNDO -DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL DO TRANSPORTE DEVIDA AO SINDICATO DO COMÉRCIO DE UBERLÂNDIA, RATEADA ENTRE FECOMÉRCIO-MG E A CNC:

Conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, que definiu os termos para negociação deste instrumento coletivo de trabalho, realizada em 16/10/2025, após a devida convocação, feita por meio de edital publicado em jornal de grande circulação regional, a todas as empresas representadas, em consonância com os termos do art. 513, "e" da CLT e do entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF (RE 189960-3), todas as empresas do comércio, varejista e/ou atacadista, estabelecidas dentro da base territorial de Uberlândia, associadas ou não associadas, obrigam-se a recolher até o dia **25/11/2026 (quarta-feira)**, em favor do **SINDICATO DO COMÉRCIO DE UBERLÂNDIA - SINDICOMÉRCIO/UDI** através de ficha de compensação bancária, fornecida pelas entidades patronais, a **Contribuição Assistencial Patronal do Transporte**, que será repartida entre SINDICOMERCIO-UDI, FECOMERCIO-MG e da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). Recaindo o vencimento sobre dia não útil, prorrogar-se-á para o primeiro dia útil seguinte. **A Contribuição Assistencial Patronal do Transporte** é rateada entre o Sindicato do Comércio de Uberlândia - SINDICOMERCIO-UDI (70%), a Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - FECOMÉRCIO-MG (20%) e a Confederação Nacional do Comércio - CNC (10%). No entanto, excepcionalmente, este ano de 2026, de acordo, com os termos da Resolução CNC nº 672, de 30 de outubro de 2025 a **Contribuição Assistencial Patronal do Transporte** terá a seguinte partilha: 20% para a FECOMERCIO-MG e 80% para o SINDICOMERCIO-UDI. O valor da **Contribuição Assistencial Patronal do Transporte** de 2025/2026 é calculado de acordo com a quantidade de trabalhadores devidamente registrados, referente a cada estabelecimento comercial instalado na base territorial do sindicato (matriz e filiais), sendo regulamentada pela tabela infra, bem como pelas alíneas que se seguem:



Nº	Classificação da Empresa	Valor da Contribuição em R\$
01	Microempreendedor Individual (MEI)	R\$ 98,00
02	Sem empregados	R\$ 275,00
03	De 01 a 05	R\$ 292,00
04	De 06 a 10	R\$ 378,00
05	De 11 a 20	R\$ 468,00
06	De 21 a 30	R\$ 712,00
07	De 31 a 45	R\$ 1.029,00
08	De 46 a 70	R\$ 1.497,00
09	De 71 a 100	R\$ 2.368,00
10	De 101 a 150	R\$ 3.341,00
11	De 151 a 200	R\$ 3.963,00
12	Mais de 200	R\$ 4.012,00

O recolhimento da **Contribuição Assistencial Patronal do Transporte de 2025/2026** serão efetuados por ficha de compensação, podendo ser quitada em qualquer instituição financeira participante do sistema de compensação até a data limite para pagamento;

Após a data limite de pagamento será considerado o valor da contribuição, com acréscimo de multa de 2% (dois por cento), seguido de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, a título de juros de mora, pelo pagamento em atraso;

As empresas com vários estabelecimentos na base territorial abrangidas pela entidade sindical patronal recolherão a **Contribuição Assistencial Patronal do Transporte 2025/2026**, referente a cada estabelecimento contribuinte, mesmo que filial ou sucursal;

Os estabelecimentos das empresas deverão, quando solicitados, apresentar cópia da CAGED ou GFIP ou documento de natureza contábil, que comprove o número de empregados devidamente registrados, no prazo de 10 dias. A constatação de pagamento em faixa inferior à devida importará no pagamento da diferença, acrescido de juros e multa, nos termos da alínea "b".

PARÁGRAFO TERCEIRO: DAS CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO EM FERIADOS (CLÁUSULA DE REGULARIDADE / AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EM FERIADOS):

Para funcionar nos feriados negociados nessa CCT, os estabelecimentos do comércio, independente de ter ou não funcionários, deverão seguir aos seguintes preceitos:

A empresa optante deverá redigir requerimento, pelos meios eletrônicos disponíveis (sindicomercio@sindicomerciodi.com.br, (34) 99942-3622 (WhatsApp) ou telefone fixo: (34) 3236-8668 à entidade patronal, juntando a este, os documentos necessários para expedição do CERTIFICADO DE ADESÃO AO REGIME DE TRABALHO EM FERIADOS;

O modelo do requerimento será fornecido, gratuitamente, pela entidade patronal, ainda que de forma digital; A solicitação deverá ser realizada pessoalmente ou por preposto, com poderes para tal, mediante procuração, ou mediante forma digital, munida de: **c.1)** cópia de contrato social ou última alteração contratual, comprovando participar da categoria econômica; **c.2)** declaração do número de empregados, instruída com cópia da última GFIP ou CAGED, a critério da empresa; **c.3)** declaração de quitação das **contribuicoes negociais patronais** referentes ao ano vigente, a ser obtida quando da solicitação – a solicitação pode ser feita de forma digital, conforme mencionado na alínea "a";

O não atendimento a qualquer dos requisitos previstos na alínea "c" impedirá a obtenção do certificado de regularidade / autorização de funcionamento em feriados, sujeitando o representado que abrir em tais datas à multa convencional.

O SINDICOMÉRCIO/UDI emitirá, sem ônus, com a chancela e assinatura do presidente, física ou digital, certificado à empresa, com validade até o vencimento da próxima contribuição, a fim de que a mesma possa fixar em seu respectivo estabelecimento comercial em local visível para fins de fiscalização;

O CERTIFICADO DE ADESÃO AO REGIME DE TRABALHO EM FERIADOS deverá ser renovado após o vencimento de cada **Contribuição Negocial Patronal do Transporte**, tendo validade até a **Contribuição Negocial Patronal do Transporte** seguinte.

O CERTIFICADO DE ADESÃO AO REGIME DE TRABALHO EM FERIADOS é indispensável para todas as empresas representadas pelo Sindicato do Comércio de Uberlândia – SINDICOMÉRCIO/UDI que desejarem se beneficiar, direta ou indiretamente, desta convenção nas cláusulas referente aos FERIADOS.

O disposto nesta cláusula e seus parágrafos não desobriga a empresa a satisfazer as exigências legais e provenientes do poder público em relação à abertura dos estabelecimentos comerciais em dia de feriado.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - INTERVENIÊNCIA

As partes ajustam que, quando da celebração de acordo coletivo entre Sindicato Profissional e empregador, o Sindicato patronal deverá comparecer, assinando o termo como interveniente.

Parágrafo Único: Qualquer proposta, de acordo coletivo de trabalho enviada pela representação econômica/classista ou seus integrantes deverá ser encaminhada ao Sindicato Profissional com uma antecedência mínima de **15 (quinze) dias** em relação à data do evento gerador do pedido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DIÁRIAS DE VIAGEM

Para cobrir as despesas com alimentação e pernoite, a partir do dia (01) primeiro de dezembro de 2.025, as empresas deverão pagar diária de viagem de R\$ **44,95 (quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)**, por dia efetivo de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A diária de viagem tem caráter indenizatório, não se incorpora ao contrato de trabalho, nem mesmo integra o salário para quaisquer fins e será devida exclusivamente aos motoristas quando em curso de uma viagem, fora da sua base ou estabelecimento da empresa. O repouso poderá ser feito na cabine do veículo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ainda que o valor mensal das diárias ultrapasse a **50% do valor do salário base, tais valores não se integrarão ao salário do motorista, para qualquer fim**, tratando-se de parcela com natureza eminentemente indenizatória, dada a peculiaridade da atividade dos motoristas e ante a inegável finalidade desta verba, acompanhando os termos da nova redação do § 2º do Artigo 457 da CLT, modificado pela Lei 13.467/17.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONSELHO DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

O Conselho de Relações Trabalhistas tem o objetivo de promover, articular e estimular ações conjuntas na busca de um estreito e proveitoso relacionamento das classes profissionais e empregadoras, principalmente no que concerne em esclarecer as dúvidas que possam advir durante a **vigência da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026**.

Parágrafo Primeiro: Será composta por representantes do sindicato profissional e representantes do sindicato dos empregadores.

Parágrafo Segundo: O Conselho se reunirá, mediante convocação, sempre que houver necessidade.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SETIMA - MANUTENÇÃO DATA BASE

O presente instrumento vigorará de **01/12/2025 à 30/11/2026**, mantendo-se como data base da categoria o dia 1º de dezembro, para todos os efeitos legais.



Uberlândia – MG, 30 de novembro de 2025.



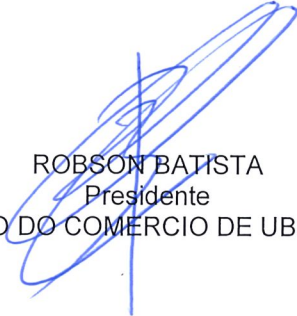
CÉLIO MOREIDA DA SILVA
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE UBERLANDIA



CLEUBER FERNANDO DA SILVA
Vice -Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE UBERLANDIA



ROBSON BATISTA
Presidente
SINDICATO DO COMERCIO DE UBERLANDIA